



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia  
Brasil

Meucci, Simone

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE  
SOCIOLOGIA

Revista Brasileira de Sociologia, vol. 2, núm. 3, enero-junio, 2014, pp. 209-232

Sociedade Brasileira de Sociologia

Aracaju, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765818010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Simone Meucci\*

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO  
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

## RESUMO

Este texto se dedica a analisar os livros didáticos de Sociologia inscritos no Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio 2012. Estudamos os livros em três perspectivas. Em primeiro lugar, analisamos as condições gerais de elaboração dos livros didáticos, especialmente alguns aspectos do mercado editorial, a política nacional de distribuição dos livros didáticos e as características do gênero de escrita. Em segundo lugar, identificamos o perfil de seus autores, em particular as trajetórias acadêmicas e profissionais. Finalmente, procuramos compreender, a partir da contagem de referências e da análise da natureza das sínteses, como esses livros se apropriam dos autores do pensamento social brasileiro, inclusive as contribuições sociológicas contemporâneas. Com esta análise, pretendemos contribuir para a compreensão dos livros didáticos como objeto da sociologia do conhecimento, além do entendimento da circulação escolar do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro, livros didáticos, sociologia.

## ABSTRACT

This text is dedicated to analyzing the Sociology textbook enrolled in the National Textbook Plan for High School 2012. We studied the books in three perspectives. First, we analyze the general conditions for the preparation of textbooks, especially some aspects of the publishing market, the national distribution policy of textbooks and writing genre characteristics. Second, identify the profile of the authors, particularly the academic and professional careers. Finally, we seek to understand, from the reference counting and analysis of the nature of the synthesis, as these books appropriate the authors of the Brazilian social thought, including contemporary sociological contributions. With this analysis, we aim to contribute to the understanding of textbooks as an object of sociology of knowledge, beyond the understanding of school movement of the Brazilian social thought.

**Keywords:** Brazilian social thought, textbooks, sociology.

É professora do Departamento de Ciência Política e Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, onde mantém grupo de estudos sobre Pensamento Social e realiza



## RÉSUMÉ

Ce texte va analyser les livres didactiques de sociologie inscrits au Plan national du livre didactique pour le secondaire en 2012. Nous avons étudié les livres sur trois perspectives. Tout d'abord, nous analysons les conditions générales d'élaboration des livres didactiques, en particulier certains aspects du marché de l'édition, la politique nationale de distribution des livres didactiques et les caractéristiques du genre d'écriture. Ensuite, nous identifions le profil de ses auteurs, en particulier les trajectoires académiques et professionnelles. Enfin, nous cherchons à comprendre, à partir du comptage des références et de l'analyse de la nature des synthèses, comment les auteurs se sont approprié la pensée sociale brésilienne, y compris les contributions sociologiques contemporaines. Avec cette analyse, nous désirons contribuer à la compréhension des livres didactiques comme objet de la sociologie de la connaissance, au-delà de la compréhension scolaire de la pensée sociale brésilienne.

Mots-clés: pensée sociale brésilienne, livres didactiques, sociologie.

Simone Meucci

## NOTAS SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

O objetivo deste texto é apresentar alguns dados acerca dos livros didáticos de Sociologia para o ensino médio, publicados no Brasil entre os anos de 2009 e 2010<sup>1</sup>. Em primeiro lugar, analisaremos algumas das especificidades dos livros didáticos em geral, procurando deslindar suas múltiplas faces.

Numa primeira aproximação, os livros serão apresentados como bens culturais complexos elaborados num emaranhado de relações sociais complexas. Em seguida, identificaremos, na amostra de livros de Sociologia que é objeto desta análise, as editoras e seus autores. E, por fim, apresentaremos os resultados da análise preliminar sobre quais autores do pensamento social brasileiro – incluindo a produção mais recente das ciências sociais no país – estão presentes nos livros escolares.

Neste estudo, nos limitaremos a investigar 14 livros de sociologia que foram inscritos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2012. O PNLD é um programa de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos para alunos das escolas públicas brasileiras.<sup>2</sup> No Brasil, todos os alunos das esco-

---

1 Agradeço os comentários dos membros do Seminário Mensal de Pensamento Social Brasileiro da UFPR.

2 Para compreender melhor a história remota e recente da política nacional em relação aos livros didáticos sugiro as seguintes leituras: Oliveira e Guimarães, 1984; Freitag, Costa e Mota, 1989; Hoffling, 2000.



las públicas (do ensino fundamental e médio) recebem gratuitamente seus livros escolares, escolhidos pelos seus professores no Guia do Livro Didático, publicação que indica as obras aprovadas por uma comissão de pareceristas nomeada pelo Ministério da Educação (MEC).

Atualmente este Programa faz do Estado brasileiro um dos maiores compradores de livros do mundo. Aí vão alguns números sobre o PNLD 2012, específico para o Ensino Médio Regular (excetuando o Ensino de Jovens e Adultos), cuja chamada ocorre a cada três anos: segundo a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o investimento com os custos de avaliação, aquisição e distribuição dos livros deste processo em particular, foi de R\$ 720,7 milhões; foram beneficiadas 18.862 escolas com a distribuição de 79.565.006 livros para 7.981.590 alunos.<sup>3</sup>

O PNLD 2012 teve significação especial para a área de Sociologia, pois foi a primeira vez que foram avaliados e distribuídos livros da disciplina desde seu ingresso como componente curricular obrigatório no ensino médio, no ano de 2008.<sup>4</sup> A importância do PNLD e seu caráter inédito no campo da Sociologia nos fazem supor que os livros inscritos nesse processo são amostra significativa da produção de didáticos da disciplina em todo o Brasil no período de 2009 e 2010, imediatamente após a reintrodução da Sociologia no sistema escolar brasileiro.<sup>5</sup>

A circulação do pensamento social brasileiro não é exclusiva da Sociologia. Não obstante, consideramos que a nova produção de livros para seu ensino, estimulada pelo PNLD, é momento oportuno para compreender as condições de circulação desse conhecimento.

O valor dos livros didáticos no campo da sociologia do conhecimento, entretanto, não tem sido reconhecido. Consideradas obras

3 Dados divulgados no site do FNDE: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 10/06/2013

4 O acesso ao Guia de Sociologia PNLD 2012 é possível no seguinte site: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>

5 Não identificaremos as obras e seus autores devido ao caráter sigiloso da submissão ao PNLD. Dos 14 livros inscritos dois foram aprovados.

menores porque dedicadas à síntese escolar, são, porém, recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo e um ‘lugar’ privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade.<sup>6</sup>

## Condicionalidades dos livros didáticos

Pretendemos agora identificar alguns aspectos das obras didáticas que, vistas em conjunto, permitirão compreender a rede sofisticada de relações na qual estão inseridos. Os livros são, a um só tempo, mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular.

A primeira dimensão que pretendemos pontuar é o caráter de mercadoria do livro didático. Em comparação com os demais livros produzidos pela indústria editorial, este caráter é especialmente destacado. Os livros didáticos distinguem-se dos convencionais em muitos aspectos, especialmente pelas condições de sua produção. Em particular, nas grandes editoras há uma sofisticada divisão do trabalho que se impõe ao autor de livros didáticos, composta por revisores, pedagogos, ilustradores, diagramadores, diretores de arte, pareceristas, etc. Os livros didáticos são resultado de um trabalho coletivo industrial, ainda que a atividade dos autores se mantenha como um artesanato sofisticado de composição do texto.

Importante destacar que parte da indústria de livros didáticos (a mais significativa em termos de faturamento) pertence a conglomerados de empresas de comunicação e entretenimento. A fim de exem-

---

6 A noção de livro didático como bem cultural poder ser encontrada em Silva, 2011.

plificar, vejamos apenas duas das principais que atuam no setor no Brasil. A Editora Ática pertence ao Grupo Abril, um conglomerado de empresas de comunicação que possui plataforma de distribuição de programação de TV à cabo – a ‘TVA’ – e mais de 60 marcas de revistas no Brasil, entre as quais ‘Veja’, ‘Claudia’, ‘Capricho’, ‘Exame’, ‘Playboy’, ‘Placar’. A Ática, em particular, compõe um segmento deste grupo chamado ‘Abril Educação’ composto também pela editora ‘Scipione’. Outra editora que merece destaque nesse aspecto é a Editora Moderna, especializada em livros didáticos. Pertence ao Grupo Santillana que, por sua vez, é braço do maior conglomerado espanhol de empresas de comunicação – o Grupo Prisa – que detém jornais (como *El Pais*), empresas de TV a cabo e de TV aberta, produtoras de audiovisuais, emissoras de rádio e editoras em 22 países da Europa, América Latina, África e Estados Unidos. Na América Latina, o Grupo Santillana atua desde 1964. No Brasil está desde 2001, quando adquiriu as editoras Moderna e Salamandra. Em 2005 adquiriu ainda 75% das ações da editora Objetiva. (CASSIANO, 2007)

O livro didático aparece, nesse sentido, como um produto ordinário da indústria cultural. Seu formato, ilustrações, exercícios, recursos, boxes e colunas o aproximam da estética das revistas semanais.

No Brasil, os livros didáticos são o produto mais valioso de uma indústria que tem se expandido de modo notável nos últimos anos. Segundo relatório da Fipe, entre os anos de 2010 e 2011, houve crescimento do faturamento do setor editorial brasileiro em 7,36%.<sup>7</sup> Este crescimento tem sido considerado uma tendência, pois o mesmo fenômeno se verificou em anos anteriores. É um mercado otimista que tem comemorado, além das elevações do faturamento, o crescimento nas vendas de unidades e o aumento dos consumidores de livros no Brasil.

---

7 Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Produção e Vendas do Mercado Editorial Brasileiro. Base 2011*. Documento de síntese. Disponível em: <http://www.abdl.com.br/site/pesquisa.php> Acesso em: 15/06/2013.

A dinâmica editorial brasileira tem algumas especificidades. Os livros didáticos são responsáveis por mais de 50% de todas as unidades comercializadas e por cerca de 50% do faturamento de toda indústria editorial.<sup>8</sup> Não nos parece casual, portanto, que o subsetor de didáticos seja também o segmento que mais concentre capital: em 2009, as editoras de livros didáticos com receita superior a R\$ 50 milhões (apenas 16 em todo o setor editorial) geraram 89% do faturamento e comercializaram 94% do número de exemplares de livros didáticos. (MELLO, 2012, p. 437)

Tabela 1:

	Subsetor Didáticos	
	2010	2011
Títulos	14.637	14.812
Exemplares Produzidos	230.208.962	258.590.062
Faturamento Total	2.102.178.508,83	2.383.749.066,43
Mercado	1.102.340.882,22	1.189.043.068,30
Governo	999.837.626,61	1.194.705.998,13
Exemplares Vendidos	202.658.992	226.975.745
Mercado	58.278.373	60.602.520
Governo	144.380.619	166.373.225

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Produção e Vendas do Mercado Editorial Brasileiro. Base 2011*. Documento de síntese. Disponível em: <http://www.abdl.com.br/site/pesquisa.php> Acesso em: 15/06/2013.

Nesta tabela, há dados que demonstram – no cotejamento entre os anos de 2010 e 2011 – o gigantismo deste subsetor da indústria editorial brasileira. Vale a pena observar que o governo é responsável por cerca de 50% do faturamento oriundo da produção de livros didáticos, ainda que a venda de exemplares para o PNLD seja bastante superior em relação às vendas para o mercado.<sup>9</sup> Parece, com efeito, que a centralidade dos didáticos para o setor editorial brasileiro está relacionada às compras do governo para o PNLD.

8 O setor editorial é dividido nos seguintes subsectores: 'didáticos', 'obras gerais', 'religiosos' e 'profissionais e técnicos'.

9 Isso se explica porque o governo consegue negociar preços muito baixos por cada exemplar. Um livro que no mercado é adquirido por R\$ 25,00, o governo obtém por R\$ 5,00.



Estes números nos ajudam a compreender porque as editoras estão sempre muito atentas ao PNLD. Frequentemente, a elaboração dos livros didáticos tem como meta o cumprimento das exigências dos editais do Ministério da Educação – para imediata ou futura aprovação no PNLD. Por isso, autores, editores e toda equipe responsável pela produção dos livros estão não apenas em diálogo com professores e alunos imaginários postos no ambiente (também imaginário) da escola, como também estão dialogando secretamente com pareceristas anônimos.

Podemos, nesse sentido, ao menos sugerir a hipótese de que um dos efeitos do PNLD é a imposição de um modelo de livro didático disseminado entre todas as disciplinas e por todo o país, repercutindo também nos livros comercializados no mercado, se constituindo como um padrão e, possivelmente, como um selo de qualidade para as editoras que os têm aprovados. Nessa perspectiva, os livros aparecem como alvo importante de regulamentação por intermédio da ação do poder público. É uma política cujos efeitos, até os imprevistos, não foram ainda suficientemente avaliados.

Finalmente não se pode esquecer que o livro didático é elaborado com a finalidade mais imediata de servir de instrumento de ensino e de aprendizagem. Por isso, há uma tensão muito singular do autor de obras didáticas que, afinal, dialoga simultaneamente com o professor e com o aluno.

Nesse aspecto, cabe mencionar algumas hipóteses acerca dos usos do livro didático por professores e alunos no Brasil. Por um lado, se diz que o livro não figura apenas como recurso didático, mas também como única obra de referência para professores. Por outro lado, afirma-se que tais livros são bens escolares ignorados tanto por professores quanto por alunos: seria então, nessa perspectiva, um artigo inútil, quando não depõe contra o ensino e a aprendizagem de qualidade.

Pesquisas aprofundadas sobre usos previstos e imprevistos (como também os não-usos) do livro didático devem ser feitas e é possível que ambos fenômenos aqui descritos de fato ocorram, como se fossem lados opostos de um mesmo processo social. São imagens que

possivelmente tensionam a produção, a avaliação e, em particular, a escrita do livro, sempre muito exigente.

Com efeito, consideramos que a modalidade de escrita do livro didático constitui um gênero que se distingue do texto acadêmico, do texto literário e do texto jornalístico. Não obstante, ao mesmo tempo, sua elaboração tem a especificidade de demandar a presença deste repertório de gêneros dos quais se diferencia. A escrita didática é uma operação que cria um ambiente no qual o texto base dos autores é composto por outros textos e recursos, movidos e posicionados para criação de certos efeitos específicos. Esta escrita é polifônica e os autores sempre estão em diálogo com seu repertório cultural acumulado, indagando sobre as possibilidades de uso pedagógico de certo filme, obra literária, imagem ou ditado popular.

Relacionada a esta especificidade, o gênero didático possui outras ‘técnicas’ recorrentes de exposição do conteúdo. Até agora, em nossas análises, identificamos três técnicas principais:

Em primeiro lugar, há o que chamaremos *topicalismo*: uma redação organizada em tópicos, estratégia que visa demarcar um conteúdo num lugar específico. Livros didáticos têm em suas páginas muitas áreas intituladas, subintituladas, muitas delas isoladas em boxes destacados que, por vezes, permitem a correlação visual simultânea entre o conteúdo do texto básico do livro e um texto complementar. Por vezes, tópicos se repetem em cada capítulo para assinalar a intenção determinada daquele recurso e área do texto: ‘memorizando’, ‘leitura do clássico’, ‘estudando uma situação’. Neste caso, os tópicos são estruturantes e conferem unidade à organização de todo o livro.

Em segundo lugar, identificamos o *nominalismo* como uma técnica importante que caracteriza a escrita do livro didático. Consiste na estratégia de nomear os fenômenos para possibilitar a compreensão de suas características, correlações e implicações. Em geral, o nominalismo manifesta-se como uma correspondência entre certos fenômenos da vida ordinária e conceitos científicos. Ocorre também no sentido de qualificar certos autores ou certa produção intelectual.

Em terceiro lugar, temos o fenômeno do *contextualismo* que se manifesta de duas maneiras distintas nos livros didáticos. Há o contextualismo que busca ilustrar esquemas teóricos de uma ciência descrevendo situações corriqueiras que exemplificam a abstração científica. ‘Contextualizar’, neste caso, tem o sentido de aproximar teoria e experiência ordinária.

Outra espécie de contextualismo é aquele que se caracteriza pelo esforço de discorrer acerca do desenvolvimento histórico de determinado fenômeno. É um esforço particularmente notável nos livros de Sociologia. Esta é uma estratégia que serve para dois fins, nem sempre complementares: a) favorecer uma espécie de deslocamento temporal; b) demonstrar que a origem do fenômeno marca a sua situação atual. A primeira finalidade pressupõe que a descrição histórica é instrumento útil para provocar a desnaturalização dos fenômenos. A segunda pressupõe que há uma relação de continuidade entre presente e passado. Da mesma maneira como a primeira modalidade de contextualismo se serve da vida para exemplificar a teoria, o contextualismo histórico se serve do tempo para ilustrar a contingência.

Com efeito, as técnicas até agora identificadas – ‘topicalizar’, ‘nomear’, ‘contextualizar’ – não são especificidades dos livros de sociologia, sequer da área de humanas. Não obstante, é um gênero de escrita bastante enquadrado que tem efeito bastante significativo nas disciplinas de humanidades, na medida em que não permite trazer ao conhecimento as dinâmicas sofisticadas e complexas, tensões e contradições dos processos reais. Rigorosamente, é uma forma de escrita que suprime a radicalidade do ato de conhecer.

Podemos relacionar esse ‘didatismo’ a uma modalidade de conhecimento que entende a teoria como recurso para classificação e a história como recurso para a genealogia dos fenômenos. E este gênero de escrita é um fenômeno relativamente recente que revela a dominância, não apenas na produção científica, mas também na circulação dos seus resultados desta modalidade de conhecimento.

Do ponto de vista estético, até meados dos anos de 1960, os livros didáticos tinham aparência muito semelhante aos livros convencio-

nais: mesmas dimensões e capa, exercícios discretos ao final dos capítulos (em geral, questionários ou descrição de problemas a serem ‘solucionados’) e poucos excertos. Nesse período, as ilustrações eram exclusivas dos livros de geografia e botânica (que se limitavam a gravuras em preto e branco). (FERNANDES, 2004) Apenas nos anos de 1970 houve a emergência desse modelo de apresentação e escrita singular que acabamos de descrever. Possivelmente, esse novo modelo de livro didático resultou de uma confluência entre vários fatores além da hegemonia de certa perspectiva sobre o conhecimento: a dominância de certas teorias no campo da educação, o ensino apostilado, a emergência de uma indústria editorial de entretenimento e uma nova estética favorecida pelos recursos tecnológicos no campo editorial.

No Brasil, o aparecimento desta nova concepção de livro escolar sofreu críticas severas logo após seu surgimento. Emblemático, nesse sentido, é o texto de Osman Lins que denuncia o ‘delírio iconográfico’ dos livros didáticos de Comunicação e Expressão surgidos no início dos anos de 1970. Livros, que segundo seus termos, “mimam os alunos com imagens e em cujas páginas tudo parece obedecer ao conceito de que o aluno não está apto, jamais, a qualquer esforço sério, só sendo motivado na esfera de puerilidade, de gracejo perpétuo”. (LINS, 1977, p.137-138)

Pesquisas dedicadas à história da literatura didática precisam ser feitas a fim de desenvolver alguns dos pontos aqui destacados. No entanto, acreditamos que o reconhecimento das características do texto didático e de seus condicionamentos serve à finalidade de reconhecer melhor suas particularidades para que possamos, na nova etapa desta pesquisa, aprofundar a análise do conteúdo.

## Autores e editoras dos livros recentes de Sociologia no Brasil

Apresentaremos agora a identificação dos autores e das editoras que produziram o conjunto de livros que é objeto de nossa análise. Acreditamos que os dados permitem uma primeira aproximação dos

livros didáticos de Sociologia produzidos recentemente no Brasil e fecundam novas perguntas e hipóteses de trabalho necessárias para o exame da natureza da síntese didática do pensamento social.

De início, já observamos um detalhe nada desprezível: os 14 livros foram escritos por 24 autores. É especialmente interessante este dado porque contrasta com o que observamos no período compreendido entre os anos de 1930 a 1945, quando 30 livros didáticos de sociologia foram elaborados por 22 autores. Nessa época mais remota, autores dedicavam-se com muita frequência à elaboração de diversos manuais que atendiam às diferentes expectativas de uma mesma disciplina no meio escolar. Aliás, nesse período era também frequente um mesmo autor publicar livros escolares de diferentes áreas de conhecimento (como Geografia, Didática, Serviço Social e Sociologia, por exemplo). Esse fenômeno certamente está relacionado com a incipiente divisão do trabalho intelectual do período, o que possibilitava que um número bastante limitado de autores concentrasse as tarefas de síntese didática de distintas disciplinas.

Atualmente, o que vemos é a tendência contrária: um único livro como resultado de trabalho conjunto. No conjunto dos 14 livros que estamos agora analisando, apenas sete foram escritos por um autor, quatro livros foram elaborados por uma dupla e três livros são resultado do trabalho de três autores. Este fenômeno parece ser resultado do acúmulo de conhecimento e das especializações nos ramos científicos. Até mesmo a elaboração do trabalho panorâmico e introdutório exige agora a autoria compartilhada. Segundo um dos editores de uma grande editora de São Paulo, o maior número de autores por livro é quase um imperativo porque se trata de ‘mais de uma cabeça para pensar’. (GATTI JUNIOR, 2005, p. 374-375)

Por vezes, ao analisar o currículo dos autores que escrevem em parceria, constatamos uma tentativa de associação entre conhecimento teórico e experiência em sala de aula ou associação entre um autor bastante conhecido – porém não especializado na área – e um autor com legitimidade acadêmica. Mas este não é um dado tão nítido que nos faça pensar numa regularidade. Muito frequentemente, os

autores parceiros são colegas que estudaram na mesma instituição de pós-graduação ou que exerceram a atividade docente na mesma instituição, o que possibilita pensar que, na maioria dos casos, a associação para elaboração do livro didático resulta de laços de amizade e de profissão bastante espontâneos.

Ao examinar a titulação dos autores encontramos a grande maioria especializada e qualificada do ponto de vista acadêmico. Sobre a formação elementar podemos dizer que apenas dois autores não possuem bacharelado ou licenciatura em ciências sociais. Quanto à titulação, constatamos que 14 são doutores, cinco mestres e cinco graduados. Em relação às áreas de titulação observamos predominância de titulados nas áreas de sociologia (três doutores e três mestres), história (quatro doutores), ciência política (três doutores e um mestre) e educação (um doutor e dois mestres). Entre os demais titulados temos: um doutor em ciências sociais com ênfase em antropologia, um doutor em serviço social, um doutor em comunicação. Entre os que possuem apenas graduação temos: dois bacharéis em ciências sociais, um bacharel em jornalismo, um bacharel em história e um licenciado em ciências sociais.

Vale à pena também destacar que uma parte significativa dos autores fez pós-graduação em centros de excelência avaliados com nota máxima: seis são pós-graduados em programas com nota sete na USP. Esse é um dado que confirma o elevado índice de qualificação acadêmica de parte dos autores.

Com efeito, sobre a experiência profissional desses autores, foi possível levantar as seguintes informações: 15 deles se dedicam à atividade de ensino superior (dez em universidades públicas e cinco em instituições privadas), sete são professores do ensino médio, um é editor, um é jornalista. Estes dados revelam que a atividade de escrever livros didáticos atrai professores de ensino superior, seguidos de professores do ensino médio e, em menor número, agentes dedicados à indústria cultural. Não é desprezível a quantidade dos professores de ensino médio dedicados à formulação de livros didáticos de Sociologia: na verdade, dez autores tiveram experiência significativa no

ensino médio, porém três deles lecionam agora no ensino superior. Isso demonstra que o interesse pelo gênero didático tem sido também despertado a partir do exercício da atividade docente nas escolas. No entanto, a predominância é de autores com experiência exclusiva no ensino superior, especialmente nas universidades públicas. Nesse sentido, os dados nos mostram que a elaboração de livros didáticos escolares é uma atividade para a qual o professor do ensino superior (em particular público) tem se mostrado sensível.

As universidades públicas nas quais estes autores atuam não são propriamente centros de excelência, mas se encontram numa espécie de raio periférico muito próximo destes centros: UEL, UNESP, UNIFESP, USP Leste, UERJ e UFPR, por exemplo. Possivelmente estas instituições se constituem como ambientes mais favoráveis para o engajamento nas questões de ensino do que os centros de excelência em pós-graduação. Há, nesse sentido, outra hipótese pertinente: ainda que não tenha sido possível verificar a idade, a trajetória de alguns autores sugere que há um perfil de jovens titulados em centros de excelência (em programas de nota sete), qualificados e que recentemente prestaram concurso para as novas vagas que surgiram nas universidades públicas. Isso é algo que merecerá nossa observação mais atenta e pode estar relacionado à centralidade da licenciatura e de suas atividades nos cursos destas instituições novas ou ampliadas.

Outro dado que nos parece importante destacar é a concentração regional dos autores, que têm como sede de sua carreira (não se trata do local de nascimento) apenas três estados: dez trabalham em São Paulo, dez no Paraná e quatro no Rio de Janeiro. Este fenômeno é bastante curioso e possivelmente só poderá ser compreendido se o relacionarmos a vários fatores, dentre os quais a concentração regional dos cursos de ciências sociais e da indústria editorial.

A amostragem de livros que estamos analisando revela a predominância, no PNLD, das grandes editoras de São Paulo (algumas ligadas a grandes conglomerados de empresas), especializadas na produção de didáticos e interessadas na aprovação. As editoras de São Paulo focadas na produção didática parecem atrair autores que estão ligados

à complexa malha de instituições de ensino superior em seu entorno. No entanto, estas editoras têm também capacidade de atrair autores de regiões próximas, como Paraná (quatro) e Rio de Janeiro (dois).

No entanto, não é possível ignorar a presença significativa de três pequenas editoras de Curitiba. Como também não é possível desprezar que nove autores têm suas carreiras fixadas no Estado do Paraná (ainda que tenham publicado seus livros em editoras paulistanas). Apesar da modesta amostragem, o caso da concentração de editoras e, sobretudo, de autores fixados no estado do Paraná, merecerá análise mais aprofundada. Por enquanto, esperamos ter cumprido ao menos o objetivo de identificar a origem das obras a partir do perfil de seus autores.

## Referências aos autores do pensamento social brasileiro

Elaboramos um sistema de contagem das referências aos principais autores do pensamento social brasileiro nos livros que compõem a nossa amostragem. Incluímos também nesta contabilidade os autores contemporâneos das ciências sociais brasileiras: cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e historiadores.

Este levantamento considerou as seguintes modalidades de referência: a mera citação ao nome do autor, as sínteses de sua trajetória, obra e contribuições e os excertos de texto destacados em boxes e atividades. Por vezes, um mesmo autor foi referido em diferentes capítulos do mesmo livro e, neste caso, consideramos um registro e anotamos os diferentes temas ou capítulos nos quais o autor é referido. Limitamos este levantamento ao conteúdo do texto didático no livro do aluno e, por isso, não incluímos as sugestões bibliográficas em anexo ao final dos capítulos nem as atividades sugeridas no volume próprio para o professor.

Seguindo estes critérios, o levantamento resultou num repertório composto por 86 autores da ciência social no Brasil, referidos nas páginas dos 14 livros. Há grande contraste entre os livros analisados: alguns com número de referências bastante expressivo, ao passo que



outros são pobres no diálogo com a produção científica remota ou recente das ciências sociais no Brasil. Vejamos os dados mais precisos: no extremo superior desta contagem se situam três livros que têm desde 20 até 36 referências, enquanto no extremo inferior há três livros que têm de uma a quatro menções aos autores das ciências sociais no Brasil. Entre os extremos, os demais livros (oito) possuem de seis até quatorze referências.

Com exceção de um caso analisado (cujo livro faz apenas referência à síntese de Roque Barros Laraia sobre cultura), observamos que dois livros com menos referências mencionam exclusivamente alguns 'clássicos' do pensamento social da década de 1930 e 1950: Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Octavio Ianni são os autores mencionados em suas páginas. As referências a estes autores se limitam a meras menções aos seus nomes nos capítulos e tópicos sobre história da sociologia no Brasil. Consta-se, portanto que, nestes livros em particular, não há, rigorosamente, diálogo com a produção sociológica.

Observamos ainda, nestes três livros em particular, que a escassez de referências à produção científica remota ou recente da área contrasta com a abundante referência a outros livros didáticos de sociologia (sobretudo aqueles publicados no período dos anos de 1980 e 1990). Definições de conceitos, excertos de texto são, pois, selecionados de livros didáticos mais antigos.

Embora referências a livros didáticos não seja um fenômeno dominante no conjunto de livros analisados, pode ser algo significativo, sobretudo quando se constata, pela trajetória dos autores destes livros, que tais publicações são resultado da experiência mais imediata em sala de aula. Vejamos alguns dados sobre os cinco autores destes três livros: três são professores de ensino médio da rede pública, dois são professores de instituições privadas de ensino superior; um é doutor, três são mestres e um graduado com licenciatura. Não se trata de correlacionar mecanicamente a experiência profissional e a titulação à escassez de referências, mas parece evidente que estes livros de sociologia produzidos para pequenas editoras por professores do ensino

médio público e do ensino superior privado, cuja titulação é inferior à média geral da amostra, são também os que menos se referem à produção científica atualizada na área e recorrem frequentemente aos demais livros didáticos para compor o acervo de referência. Não nos aqui cabe julgar a qualidade destes livros (até mesmo porque o número de referências não é garantia de excelência didática), tampouco de seus autores (que demonstram esforço de organização e publicação de seu material de aula), mas apontar para a possibilidade de reforço da hipótese de que livros didáticos são referência importante para o preparo das aulas e formam, em alguns meios (tanto no nível médio quanto superior), um círculo endógeno, autorreferido, constituindo uma espécie de didatismo de segunda ordem – que se produz a partir de outras sínteses didáticas.

Voltando à nossa tabela, devemos agora notar que os três livros didáticos que ficam no extremo superior da contagem de referências são responsáveis pela ampliação do repertório de autores do pensamento social na literatura escolar que investigamos.

Alguns dos ‘clássicos’ figuram no nosso levantamento porque foram mencionados exclusivamente nestes três livros. Alberto Torres, Azevedo Amaral, Capistrano de Abreu, Josué de Castro, Manoel Bonfim, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Monteiro Lobato, Nina Rodrigues, Oracy Nogueira, Raymundo Faoro e Vítor Nunes Leal são citados apenas em suas páginas. Por vezes, estes autores são tão simplesmente mencionados nos resumos dedicados à história do pensamento sociológico no Brasil, no entanto, esta não é a regra nestes três livros em particular, pois predomina uma abordagem que vincula os autores a certos temas específicos para os quais se julga que contribuem.

Entre os autores mais recentes das ciências sociais, há 23 que constam em nossa listagem e que foram citados exclusivamente por estes três livros: Alba Zaluar, Angela de Castro Gomes, Antonio Flavio Pierucci, Carlos Hasenbalg, Carlos Rodrigues Brandão, Celi Scalon, Maria Celina D’Araujo, César Barreira, Claudia Matos, Clovis Caldeira, Edgar Carone, Edmundo Campos Coelho, Emir Sader, Julio César Melatti, Lilia Schwarcz, Livia Barbosa, Luis Antonio Machado

da Silva, Luis Eduardo Soares, Marcelo Ridenti, Marco Aurélio Nogueira, Maria Vitória Benevides, Mirian Abramovay, Roberto Cardoso de Oliveira. Nestes casos, os autores são chamados para contribuir com certos temas do Brasil contemporâneo.

Somando as referências aos clássicos e contemporâneos, os dados nos indicam que 34 autores que constam no repertório geral identificado são exclusivos aos três livros ricos em referências, o que revela que há um nível bastante elevado de concentração das referências.

Os três livros que se situam neste extremo superior da contagem foram publicados por grandes editoras e, dos seus quatro autores (um livro foi elaborado por dois autores), se pode dizer: três são ou foram professores do ensino superior público (um é aposentado) e um é professor do ensino superior privado; todos são doutores, dois dos quais com atividades em programas de pós-graduação. Ainda que não seja, conforme já mencionamos, um critério de excelência didática, o diálogo com a bibliografia do campo das ciências sociais nos livros escolares tem sido realizado, sobretudo, pelos pesquisadores acadêmicos que têm maior acesso a este acervo intelectual e melhores condições de trabalho (se comparados aos professores do ensino médio da rede pública ou do ensino superior privado) para a realização deste difícil trabalho e para reconhecimento da indústria editorial.

Antes que nos aprofundemos na análise dos dados, é importante compreender a natureza da apropriação dos autores do pensamento social nas condições impostas ao gênero didático. A apropriação de Euclides da Cunha nos parece exemplar para discutir as três modalidades que encontramos nos livros.

A primeira modalidade de apropriação é aquela em que Cunha aparece como pioneiro da história da constituição do pensamento social. Isso ocorre de três modos: a) a mera citação ao seu nome; b) a descrição de sua trajetória, c) a síntese da sua produção intelectual. O autor e sua trajetória são sempre nomeados e classificados segundo uma determinada linhagem. Para isso, se despreza outras condicionantes que compõem sua interpretação forçando afinidades. Frequentemente se diz, nas páginas dos livros didáticos, que Flores-

tan Fernandes foi militante marxista, Darcy Ribeiro foi militante indigenista, DaMatta culturalista, Sérgio Buarque de Holanda weberiano, Caio Prado Junior marxista e Fernando de Azevedo humanista, para citar alguns exemplos.

A segunda modalidade que podemos destacar é aquela em que Cunha surge em diferentes capítulos de um livro que, vistos em conjunto, apresentam contradições. Ou seja, o autor apresentado no início do livro, no capítulo histórico, como racialista, surge ora como um analista da trajetória de Antonio Conselheiro do ponto de vista de suas relações familiares, ora como intérprete arguto da experiência religiosa popular. Isso é também comum nos livros didáticos: o fracionamento do autor em diversos capítulos e tópicos, onde se destacam diferentes dimensões da sua obra, dificultando a possibilidade de reconstituição de uma unidade intelectual. Essa apropriação parcelada ocorre principalmente com autores que têm obra abrangente. É o caso de Florestan Fernandes que, por vezes, aparece em capítulo sobre desigualdade e raça numa determinada chave de leitura e depois surge em capítulo sobre mudança social e modernização em outra chave. Algo equivalente ocorre também com Octavio Ianni: sua análise das relações de classe e raciais apartadas do estudo sobre populismo no Brasil.

A terceira modalidade de apropriação de Euclides da Cunha são excertos, destacados em boxes isolados do texto base do livro didático. Tais excertos assumem um caráter documental a fim de atender dois objetivos: contextualização e evidenciação empírica do fenômeno que se quer discutir. Exemplar nesse sentido é a evocação a Joaquim Nabuco como narrador dos efeitos da escravidão no século XIX, de Antonio Candido como narrador da vida caipira em São Paulo dos anos de 1940 e Fernando de Azevedo como autor dedicado a reconstituição da vida intelectual no Brasil desde a colônia até os anos de 1940. Os excertos aproximam, dão vida, realidade aos fatos sociológicos ao mesmo tempo em que conferem autoridade ao livro didático. Essa é, pois, uma função que autores do pensamento social cumprem frequentemente, sobretudo os considerados 'clássicos'. Os contempo-

râneos são mais facilmente substituíveis pelos textos jornalísticos e pelos dados estatísticos.

Observando a totalidade dos livros, podemos extrair constatações que fecundam algumas hipóteses interessantes acerca da circulação do pensamento social e sociológico brasileiro no meio escolar. No quadro geral composto pelos 14 livros, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são disparados os autores mais mencionados. Fernandes tem pequena vantagem, sendo referido em 13 livros, enquanto Freyre aparece em 11 e Sérgio Buarque de Holanda em dez. São seguidos pelos autores: Octavio Ianni (referência em sete livros), Euclides da Cunha (cinco livros), Caio Prado Junior (quatro), Antonio Candido (quatro), Fernando de Azevedo (quatro), Darcy Ribeiro (quatro), Oliveira Vianna (três), Fernando Henrique Cardoso (dois). Entre os autores do final do século, foram identificadas as seguintes referências: Joaquim Nabuco (três livros) Sílvia Romero (dois), Nina Rodrigues (dois).

Há, conforme já notamos nos livros com baixo número de referências, predominância dos autores do pensamento dos anos de 1930 e aqueles da denominada 'Escola Paulista'.

Dos anos de 1930, vale destacar que Caio Prado Junior e Oliveira Vianna são citados em poucos livros (quatro e três, respectivamente), em comparação com o número de referências a Freyre e Buarque de Holanda. Além disso, tanto Caio Prado Junior quanto Oliveira Vianna são apenas mencionados em sínteses acerca da história do pensamento sociológico, ao passo que Fernandes, Freyre e Buarque de Holanda são frequentemente mencionados em diferentes capítulos de um mesmo livro e numa abordagem que destaca o valor heurístico de suas obras para a compreensão de certos fenômenos em particular.

Importante observar que estas sínteses históricas do pensamento social brasileiro, responsáveis pela ampliação do acervo de referências, são muito frequentes nas páginas dos livros didáticos. A maioria dessas sínteses apresenta o percurso histórico do pensamento brasileiro cindido em duas etapas demarcadas pela passagem da perspectiva racial para a perspectiva sociológica. Os autores frequentemente

considerados racialistas são Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e, em dois livros, Euclides da Cunha. Provável que a pouca importância dada a Oliveira Vianna seja resultado dessa perspectiva que confere à sua interpretação a adjetivação de racialista, logo pré-sociológica. Isso ocorre a despeito de Vianna ser personagem intelectual importante na arquitetura do Estado Novo, momento político destacado nos livros escolares tanto da perspectiva da regulamentação do trabalho industrial urbano, como na elaboração, politicamente orientada, da identidade nacional.

Os autores considerados fundadores do pensamento propriamente sociológico são, sobretudo, Freyre e Buarque de Holanda. Certamente muitos fatores concorrem para a seleção destes dois autores, entre os quais o acesso e a natureza das suas obras. No entanto, uma de nossas hipóteses de trabalho é que o foco em Freyre e Buarque de Holanda diz respeito, possivelmente, a uma tendência dos livros escolares de destacar a perspectiva culturalista, ainda que a obra de ambos não possa ser assim definida senão com o sacrifício de outros aspectos decisivos para sua interpretação. Na grande maioria dos livros didáticos, a plasticidade cultural e mestiçagem biológica apontadas por Freyre são dimensões complementares à cordialidade destacada por Buarque de Holanda. Os autores, assim apropriados, permitem revelar algo da essência do brasileiro que terá desdobramentos nas demais páginas dos livros didáticos, em particular no exame da vida religiosa e política nacional, onde se trata o messianismo, o misticismo, o patrimonialismo, o coronelismo, a corrupção e o nepotismo como fenômenos próprios do ‘ser brasileiro’.

Nas páginas desses livros didáticos (creio que temos apenas uma exceção), menos do que a análise e a inquirição das interpretações ‘clássicas’, temos a essencialização do ‘caráter’ nacional brasileiro. Por isso, podemos formular a hipótese de que os livros escolares, quando evocam interpretações do Brasil dos anos de 1930, qualificam de sociológica exclusivamente uma certa perspectiva histórico-culturalista, desprezando outros recortes ou dimensões (como os aspectos econômicos e institucionais, por exemplo).

O investimento neste tipo de abordagem e a síntese que se faz dos autores, possivelmente dificulta o tratamento de uma perspectiva como a de Caio Prado Junior, por exemplo, que acaba, como Oliveira Vianna, não apenas aparecendo menos, mas também de modo menos consequente. Este fenômeno explicaria, talvez, a inquietante ausência de Raymundo Faoro (que aparece brevemente num livro apenas) apesar do tema de sua principal obra<sup>10</sup> – o patrimonialismo – estar presente de maneira destacada nas páginas dos livros didáticos nos capítulos dedicados à discussão da vida política nacional.

Nesse sentido, é interessante pensar a inserção de Florestan Fernandes nos livros. Conforme já notamos, Fernandes aparece em quase todos os livros (com exceção de um). Em dez deles, é mencionado nos capítulos e tópicos específicos sobre a história da sociologia, onde são oferecidos alguns detalhes sobre sua trajetória (em particular a origem modesta). Em três livros analisados, Fernandes aparece em dois capítulos diferentes, o que mostra que, além de mais citado, sua obra tem repercussão em diferentes 'áreas' dos livros. O autor é associado, sobretudo, ao tema da desigualdade social, com especial foco à questão racial, embora haja duas referências à mudança social e modernização, uma à estratificação social e outra ao fenômeno de subdesenvolvimento. Em apenas três livros são confrontadas as perspectivas de Freyre e Florestan acerca das relações raciais no país, o que demonstra que os livros didáticos, com algumas exceções raras, não colocam frente a frente diferentes abordagens e quando o fazem tendem a trata-los quase como abordagens complementares. Desse modo, se Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ajudam na constituição da imagem de um país marcado pela diversidade cultural e pelo privatismo das relações, Florestan complementa esta imagem com novo atributo: a desigualdade, legado da escravidão, que, no entanto, se expressa contemporaneamente na cidadania deficitária, na violência e no racismo.

---

10 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

Há, com efeito, nas páginas dos livros didáticos, predominância inquestionável do que se convencionou denominar de ‘escola paulista de sociologia’ e dos autores que estiveram, de alguma maneira, ligados a Florestan Fernandes. É notável Oracy Nogueira, que aparece em dois livros (num deles além de sua trajetória, há excerto de texto sobre seus estudos acerca das relações raciais). Octavio Ianni tem também grande repercussão: aparece em sete livros, ao passo que Fernando Henrique Cardoso tem apenas referências em dois livros. De início, consideramos que a repercussão de Octavio Ianni estivesse relacionada à maior abrangência de sua obra que vai da questão racial ao tema da globalização. Não obstante, a maioria das referências a Ianni (quatro) são de fato relacionadas aos seus estudos raciais no final dos anos de 1950 e início de 1960. Nesse sentido, é possível supor que a trajetória política de Fernando Henrique Cardoso não tenha favorecido a circulação de suas pesquisas acadêmicas nos livros escolares de Sociologia desse período. E acreditamos que seja até mesmo razoável considerar que seu veto presidencial, em outubro de 2001, ao Projeto de Lei que introduzia a Filosofia e a Sociologia no ensino médio, transformou-o numa espécie de autor tabu, a despeito da importância das suas pesquisas para o período e o tema, ambos valorizados pelos livros didáticos.

As referências aos autores contemporâneos são bastante esparsas, como também o é a produção científica atual. Eis os autores mais citados segundo nosso levantamento: DaMatta (em quatro livros), Wanderley Guilherme dos Santos (quatro), Francisco Weffort (três), José Murilo de Carvalho (três), Rudá Ricci (3). Da Matta reforça a perspectiva culturalista e não é raro ser associado, nas páginas dos livros, à perspectiva de Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Wanderley Guilherme dos Santos, Francisco Weffort e José Murilo de Carvalho aparecem como narradores da cidadania deficitária no Brasil. O conceito de ‘cidadania regulada’ de Wanderley Guilherme dos Santos recebe tratamento equivalente aos conceitos clássicos da sociologia e, possivelmente, é, do conjunto da produção brasileira contemporânea das ciências sociais, a categoria de maior repercussão nos livros es-



colares. As referências a Rudá Ricci são relativas à análise dos movimentos sociais contemporâneos e a uma pesquisa sobre classe média feita para a Fundação Getúlio Vargas.

Interessante constatar que a maioria dos autores referidos (como os próprios autores dos livros didáticos) têm suas carreiras na região sudeste do Brasil, ligados em algum momento de sua trajetória à USP, à Unicamp e à UFRJ. A bibliografia mobilizada pelos livros escolares de Sociologia tem sido, portanto, até agora, refratária à produção contemporânea realizada nos demais programas de pós-graduação.

É preciso ainda acrescentar que a mobilização dos autores contemporâneos está também condicionada aos temas que são selecionados como essenciais para a discussão das questões sociológicas do Brasil atual. Nesse sentido, é interessante verificar que os seguintes temas estão associados à bibliografia específica sobre o Brasil: movimentos sociais, violência, família e desigualdade social (incluindo classe, raça e gênero). Ao passo que para os temas meio ambiente, consumo, indústria cultural e socialização raramente é reclamada a bibliografia contemporânea das ciências sociais no Brasil. Isso nos indica que numa próxima etapa da pesquisa teremos que aprofundar essa relação entre a bibliografia mobilizada e os temas ‘brasileiros’ considerados próprios para abordagem nos livros escolares.

## Apontamento final

O trabalho até agora realizado cumpriu alguns objetivos. Em primeiro lugar, auxiliou na identificação das diferentes condicionalidades sociais do livro didático, com especial relevância para os seguintes pontos que exigem pesquisas mais aprofundadas: a) repercussões da política nacional de avaliação e de distribuição dos livros didáticos no Brasil, b) a identificação do ‘gênero de escrita didática’ e seus impactos sobre as formas de apropriação da fortuna intelectual e, c) o delineamento do perfil dos autores. Em segundo lugar, a partir do levantamento inicial das referências aos autores do

pensamento social brasileiro, foi possível identificar novos pontos de análise capazes igualmente de fecundar algumas hipóteses: a) um índice elevado de referências em alguns livros apenas e a existência do que chamamos de ‘didatismo de segunda ordem’, b) os autores considerados intérpretes do Brasil e aqueles pertencentes à ‘escola paulista de sociologia’ são preferidos nas páginas dos livros didáticos; c) apropriações do pensamento social brasileiro que ora corroboram a perspectiva culturalista, ora contribuem com a chave da desigualdade social, ambas bastante essencializadas. Estes dados conduzem a pesquisa a uma nova etapa, quando será necessário investigar os sentidos de ‘Brasil’, de ‘sociedade’ e de ‘sociológico’ que parecem mobilizar as seleções e modos de apropriação dos autores do pensamento social brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- CASSIANO, C. C. de F. (2007) *O mercado de livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol. (1985-2007)*. São Paulo: Tese de Doutorado de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERNANDES, A. T. de C. (2004) Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. *Educação e Pesquisa*. São Paulo. Vol. 30, no 3, set/dez.
- FAORO, R. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.
- FREITAG, B.; COSTA, W. F.; MOTA, R. V. (1989) *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez.
- GATTI JR, D. (2005) ‘Estado, editores privados no Brasil: o papel dos livros didáticos (1970-1990)’. *Caderno CEDES*, Campinas. Vol. 25, no 62, set. dez.
- HÖFFLING, E. M. (2000) Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 70, p. 159-170, abr.
- LINS, O. (1977) *Do Ideal e da glória: Problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus Editorial.

MELLO, G. (2012) “Desafios para o setor brasileiro de livros na era digital”. In: *Economia da cultura*. BNDES Setorial 36.

MORAES, A. C. (2003) Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo social*. vol.15, n.1.

MEUCCI, S. (2011) *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA, J. B. A. e. GUIMARÃES, S. D. P., BOMENY, H. M. B. (1984) *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, Campinas: Editora da Unicamp.

SARANDY, F. M. S. *Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, PPSA, UFRJ, 2004.

SILVA, J. R. (2011) “Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem”. *Revista de Teoria da História*. Universidade Federal de Goiás. Ano 2. No. 5. Junho.

Artigo recebido em                      ro d                      / Aprovado                      nov                      ro d